

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A TEMÁTICA AFROBRASILEIRA

Raquel de Sousa Andrade
Graduanda de Pedagogia pela UEPB
raqueluepb@hotmail.com

Tarcia Paulino da Silva
Graduanda de Pedagogia pela UEPB
tarcia_cg@hotmail.com

Margareth Maria de Melo
Profa. Doutoranda pela UERJ/Orientadora pela UEPB
margarethmmelo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa, que aborda a questão afrobrasileira, faz parte de um projeto maior do PROPESQ/UEPB, “Africanidades e afrobrasileiridades representadas na lei 10.639/03, no curso de formação docente, em escolas quilombolas e da rede pública de ensino de Campina Grande – PB”, que se encontra em andamento. Em nosso trabalho intitulado “O livro didático de história dos anos iniciais do ensino fundamental e a temática afrobrasileira”¹, buscamos identificar como a temática africana e afrobrasileira é apresentada nos livros didáticos do Ensino Fundamental antes e depois da Lei 10.639/2003 que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura AfroBrasileira’, e dá outras providências” (BRASIL, 2004, p.35).

Demos início ao nosso estudo com a referida lei, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, questionando se realmente os livros didáticos vinham abordando a História e a Cultura Afrobrasileira. O texto das diretrizes menciona uma “mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras” e indica uma série de ações que devem ser desenvolvidas com o objetivo de se atingir o esperado pela lei e pela população negra.

¹ UEPB/PIBIC/CNPq, com três planos de trabalho.

Percebemos que, a partir da criação dessa lei, as editoras passaram a ter uma maior preocupação quanto à forma de abordagem da temática africana e afrobrasileira em seus livros. Começaram a apresentar a história e a cultura do negro/a, não o citando apenas na condição de escravo, como era realizado anteriormente. Contudo ainda, é comum encontrarmos nos livros didáticos erros quanto à temática, pois o olhar eurocêntrico ainda é muito presente na literatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Surge desse contexto, a preocupação de averiguar e analisar qual a visão da história afrobrasileira presente nos livros didáticos de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede municipal de Campina Grande. Buscamos, especificamente, verificar quais os livros didáticos de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental que são usados nas escolas da rede municipal, conhecer os conteúdos referentes à temática e identificar como estes conteúdos têm sido tratados nos livros didáticos. A proposta foi verificar se tais conteúdos são condizentes com a documentação oficial sobre a temática.

A lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade de as escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas, trabalharem aspectos da história e cultura afrobrasileira não apenas na disciplina de história, mas na contextualização em outras disciplinas, permitindo que esses conhecimentos sejam desenvolvidos com os/as alunos/as de uma forma consistente e interdisciplinar.

Observamos nos livros didáticos equívocos quanto à abordagem da temática afrobrasileira, em que o negro é embranquecido e colocado como inferior, a princesa Izabel mostrada como a redentora, entre outros aspectos distorcidos.

A inquietação a respeito do que vem sendo apresentado nesses livros sobre a questão afrobrasileira surgiu da hipótese da carência de formação docente. Será que os/as professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental tem conhecimento sobre a história e cultura afrobrasileira e africana? Quais os conteúdos sobre o povo negro que são tratados nos livros didáticos? Como o negro e a negra estão sendo representados nos livros didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Os professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental são os artífices da formação dos indivíduos, devem, portanto, ter a capacidade de analisar os conteúdos contemplados pelo livro didático para contextualizá-los em suas salas de aula. Todavia, para que o/a professor/a tenha condições de analisar a questão de forma crítica, ele/a deve conhecer em profundidade a referida temática.

Nossa problemática é averiguar qual é a visão da história afrobrasileira presente nos livros didáticos de história dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das escolas da rede Municipal de Campina Grande. Isto é, queremos saber como o negro e a negra estão sendo representados nos livros didáticos.

É importante que os/as educadores/as conheçam e compreendam a história e cultura africana e afrobrasileira para analisar com propriedade os livros didáticos que estão sendo trabalhados em sala de aula. Pois, o livro didático é um instrumento muito utilizado no processo de ensino, só que alguns apresentam erros significativos para o processo de aprendizagem. Cabe, portanto, ao professor, à professora, analisar estes erros e buscar estratégias para trabalhar os enfoques em sala de aula, de forma crítica e capaz de possibilitar a superação dos limites e lacunas presentes nesses textos.

Antes da lei 10.639/2003 a abordagem afrobrasileira nos textos didáticos era praticamente nenhuma ou apresentada de forma superficial. Um exemplo disso é quando os autores se reportam à temática enfatizando os aspectos escravistas, como é mostrado no livro de Martins; Vieira; Duarte e Novo (2001, p.28), “sem escravos, não era possível fazer funcionar os canaviais, engenhos e as plantações.” cremos que é de suma importância abordar a questão da escravidão, pois é um dos fatores que contribuíram para o processo de formação da história brasileira. Porém, devemos salientar que esta não é a única contribuição dos africanos e afrobrasileiros no contexto histórico de nosso país.

É importante desvelar a história dos/as afrobrasileiros/as e saber que “conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.13). Discutindo a formação da nação brasileira e o pós-abolição podemos entender o porquê do povo negro, ainda hoje, sofrer com o racismo e, especialmente, perceber como suas lutas contribuíram para a resistência e a preservação de sua cultura. Desse modo, que a história dos/as afrobrasileiros/as não se resume apenas a uma história escravista, mas sim a um processo repleto de lutas, resistências, belezas culturais e religiosas. É preciso entender a dívida social que existe em relação à população negra, o processo de embranquecimento e o mito da democracia racial que ainda hoje influencia diversos setores da nossa sociedade.

Entendemos que os professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental são os responsáveis pela formação de indivíduos críticos, sujeitos da história e futuros cidadãos atuantes na sociedade. Portanto,

aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sócio-cultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos (BRASIL, 2004, p. 18).

Nessa perspectiva, é muito importante que os/as professores/as detenham conhecimentos relevantes a respeito da temática, pois ao se trabalhar com livros didáticos, torna-se necessária outra leitura da história, apontando informações que aparecem de forma superficial ou que não foram abordadas nas obras de referência pedagógica.

Outro desafio para o/a professor/a é discutir com a diversidade que o entorno da escola apresenta: “a grande aventura do educador consiste em prosseguir na diversidade, valorizando a multiplicidade de caminhos percorridos pelos vários alunos, investindo na heterogeneidade ao invés de buscar homogeneidade” (HOFFMANN, 2001, p.33). Compreender essa diversidade, respeitá-la e valorizá-la deve ser o compromisso do/a professor/a.

Um ponto em comum perceptível nos livros didáticos é privilegiar o processo da escravidão brasileira. Sabemos que é importante conhecermos essa parte da história do/a negro/a, mas deve-se compreender que a sua história não se resume apenas a este fato, como ressalta Albuquerque e Fraga Filho (2006): “a história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravidão nas Américas, à vida do cativo do Brasil” (ALBUQUERQUE E FRAGA, 2006, p.13).

A história e a cultura negra são de uma riqueza incalculável. Mas nos livros didáticos é abordada de forma pobre e vazia. Isso ficou bem evidente com nosso estudo, no qual foi constatado que a maioria dos livros aborda a história dos afrobrasileiros apenas sob o ponto de vista escravista, isto é, do colonizador. A trajetória dos negros e negras não se resume apenas a este fato, como aborda Albuquerque e Fraga Filho (2006),

Trata-se de uma saga que se cruza com a aventura dos navegadores europeus, principalmente os portugueses, e com a formação do Brasil como país. (...) Por isso, para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006, p. 13).

Percebemos a invisibilidade dada à população negra nos livros didáticos pela forma como os autores tratam a temática. Assim, conhecer a história da África antes da chegada dos europeus ajuda a perceber o estranhamento entre os povos e a organização do imperialismo, fatores que geraram a diáspora negra. A luta e a resistência da população negra ao longo dos séculos são marcas significativas na formação da nação brasileira e que merecem ser notabilizadas.

Nesse sentido, defendemos a implantação de um material didático condizente com a realidade histórica do/a negro/a, pois:

O livro didático ao veicular estereótipos que expande uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade racial, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (SILVA, 2001, p. 18).

Considerando estudos desenvolvidos percebemos que a presença dos conteúdos referentes à temática africana e afrobrasileira, após a lei 10.639/2003, é mais presente nos livros didáticos e que estes estão se reformulando ao longo dos anos. Observamos também que “a representação do social do negro, baseada, em grande parte, no senso comum, está sofrendo uma transformação, a partir de outras visões de realidade e de solicitações de ordem econômica, política, moral e social” (SILVA, 2011, p.31).

Esta mudança contribui para o processo de formação de identidade dos indivíduos e, a partir da reformulação dos conteúdos didáticos, os sujeitos passam a reconhecer os traços positivos de sua história. Isso permite construir nas crianças negras uma nova percepção da imagem de suas origens e, conseqüentemente, gera uma autoestima e um autoconceito em que estas passam a aceitar e integrar sua raça.

É comum encontrar em certa literatura histórica a ideia de que o índio era livre por vocação, enquanto o negro ajustava-se melhor à escravidão. Nenhum homem tem vocação para escravo, assim como

nenhum ser humano nasceu para burro de carga, ou para servo, ou para operário super explorado (PINSKY, 1988, p. 10).

Assim, quando se depara com representações negativas sobre o/a negro/a, este mesmo indivíduo pode sofrer uma autorejeição, além da rejeição a sua raça.

A metodologia utilizada em nossa pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa. Primeiro, fizemos um levantamento da existência de adoção de livros e do uso ou não dos mesmos. Neste artigo discutimos os dados parciais quantitativos. Num segundo momento da pesquisa, faremos uma abordagem sobre os conteúdos relacionados à temática afrobrasileira presentes no livro didático de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental utilizados nas escolas da rede pública da cidade de Campina Grande.

Trata-se, também, de uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que apresenta como finalidade conhecer, esclarecer e aprimorar conceitos e ideias sobre o/a negro/a. Buscamos compreender a visão da história do povo negro presente nos livros didáticos e, através do estudo bibliográfico e documental, discutiremos os avanços da lei 10.639/2003 e suas reais possibilidades de aplicação nos ambientes educativos propostos para o estudo.

A pesquisa documental tem papel preponderante neste trabalho, pois utilizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), volumes 5, 8 e 10, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), o Estatuto da Igualdade Racial (2010), o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (s/d) e ainda as Orientações e ações para a Educação das Relações Etnicorraciais (2006). Todos constituem importantes fontes para nortear a verificação e a análise dos livros adotados na rede municipal de ensino.

Simultaneamente, realizamos a pesquisa bibliográfica, que teve por objetivo conhecer, interpretar e analisar o que já foi escrito a respeito da temática, aprofundando a compreensão da problemática. Arelado a esses procedimentos, desenvolvemos o levantamento e o mapeamento dos livros didáticos de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental a fim de conhecer aqueles utilizados pelos/as professores/as pesquisados/as neste estudo.

Os dados da pesquisa foram coletados na escola, junto ao corpo docente. Posteriormente, quando voltarmos, ampliaremos nossa coleta na biblioteca e na Secretaria de Educação e Cultura - SEDUC, junto aos professores e à equipe pedagógica das escolas e da SEDUC do município de Campina Grande.

Para a aplicação do instrumento de coleta, as escolas do Município de Campina Grande foram divididas entre as alunas do grupo de pesquisa que são bolsistas e voluntárias, ligadas às professoras Margareth Maria de Melo e Cristiane Maria Nepomuceno. Estas ficaram responsáveis pela aplicação do questionário, cada qual ficando responsável por uma média de 10 escolas da área urbana da cidade.

A pesquisa de campo foi de suma importância para as pesquisadoras, pois foi possível estar em contato com a realidade das escolas, dos/as professores/as, dos alunos e colocar em prática tudo aquilo que foi orientado sobre observação do campo.

Em nossa primeira fase de pesquisa, da qual nos utilizamos de questionário para a elucidação de nossa problemática, constatamos que a maioria dos/as professores/as afirma que em sua escola há materiais didáticos referentes à temática africana e afrobrasileira. Alguns questionários apontaram que existem escolas com mais do que o livro didático, como podemos confirmar nesta resposta de um dos pesquisados: “Livros, vídeos, revistas e outros”. Esse dado permite que adentremos na avaliação desses materiais didáticos na segunda fase da pesquisa.

Como os professores têm acesso a material didático sobre a questão em pauta, nosso foco agora será identificar que tipo de material é este, avaliar seus conteúdos e estudá-los em confronto com os documentos oficiais, comparando-os com as discussões presentes nos textos e livros da nossa base teórica. Em especial, observaremos se os conteúdos se pautam numa visão de inferioridade de uns e superioridade de outros, tal como expõe Silva (2001).

Outra preocupação evidenciada é se na história do Brasil o povo negro só aparece como escravo, conforme foi apresentado anteriormente com Albuquerque e Fraga Filho (2006). Segundo esses autores alguns livros didáticos se resumem a mostrar o/a negro/a na condição de escravo/a e ainda apresentam a princesa Izabel como a redentora que libertou o país da escravidão. “O livro didático apresenta o passado histórico e a cultura do povo negro sob forma reduzida e conveniente quando não consegue inviabilizá-los completamente. O fato histórico mais reduzido refere-se à escravidão” (SILVA, 2001, p.51).

Esse material que é utilizado no processo educativo, influenciando o processo de formação de identidade das crianças, não pode mais ser reducionista quanto à questão africana e afrobrasileira. É preciso desmistificar a visão eurocêntrica para os alunos de modo que estes valorizem a sua raça e suas origens.

Quanto em uma questão posterior, nota-se que a maioria dos professores, como na questão anterior, afirma que faz uso de material didático em seu processo de ensino com frequência. Contudo, um número significativo afirmou utilizar poucas vezes. Percebeu-se também a rejeição com relação à temática, a alegação de que o currículo já é muito extenso, além da falta de tempo de buscar materiais adequados para a abordagem da temática devido à dupla jornada de trabalho. A falta de formação foi uma das observações mais significativas e que mais se tornou visível nos questionários.

Parece que muitos/as docentes desconhecem as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, que destacam a necessidade de Políticas de Reparação, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas para a superação do racismo no Brasil. Com essas diretrizes e a lei 10.639/2003, tornou-se obrigatório o trabalho contínuo envolvendo as questões da população negra nas escolas, visando combater o racismo velado ou explícito existente nos cotidianos educativos. Como será que as escolas se apropriam desse material didático?

A utilização de materiais condizentes com a “verdadeira” história do/a negro/a pode influenciar de forma positiva

a construção da auto-estima e autoconceito da criança negra, para a aceitação e integração com as crianças pertencentes à sua raça/etnia, uma vez que a internalização de uma representação inferiorizada pode produzir a autorrejeição e a rejeição ao seu outro assemelhado, bem como para o reconhecimento e respeito do negro por parte dos indivíduos de outras raças/etnias (SILVA, 2011, p. 13).

Como argumenta Silva (2001) o trabalho do professor é de extrema importância porque pode intervir positiva ou negativamente na construção da identidade das crianças tanto no sentido da auto-aceitação de pertencimento a raça negra, como na aceitação do outro, que é diferente e que deve ser reconhecido e respeitado.

O fato de alguns professores/as poucas vezes utilizarem o material didático existente na escola pode ser um indício da sua falta de formação sobre a temática, sugerindo o desconhecimento da lei 10.639/2003. Essa situação aparece em outro item

do questionário, em que os professores deixaram evidente a falta de conhecimento a respeito da problemática afrobrasileira.

Já na última questão, ao serem perguntados se têm interesse de utilizar paradidáticos, a maioria afirmou que sim, mas que seria um trabalho a ser realizado juntamente com o/a responsável pela sala de leitura. É importante a integração escolar na busca de uma efetiva valorização da história e cultura africana e afrobrasileira.

Essa questão não deve ser inserida em pauta só nas datas comemorativas ou como parte de um projeto de ensino específico. Precisa ser incluída na rotina da sala de aula, para se aprender a viver com os outros, isto é, a “conviver”, um dos pilares da educação para o século XXI (DELLORS, 1999) e que deve perpassar todos os conteúdos de ensino. O alunado, ao passar de um ano para outro, vai adentrando na história do povo negro e se deparando com o fortalecimento de uma visão positiva a respeito dos/as afrobrasileiros/as, fazendo com que estes/as se identifiquem e reelaborem sua identidade.

CONCLUSÕES PARCIAIS:

Durante o primeiro momento do estudo, detectamos que ainda está presente a resistência com relação à temática pesquisada. Constatamos a presença de livros didáticos nas escolas, que, segundo a maioria dos/as docentes, são utilizados no dia a dia dos alunos. Mas um bom número ainda afirmou fazer uso poucas vezes.

Em alguns relatos dos/as professores/as durante a aplicação dos questionários, pelas respostas emitidas, tornou-se evidente que há falta de material relacionado à temática. Em outros questionários percebemos que existem escolas que possuem recursos para além do livro didático. Resta-nos verificar se há uma preparação e formação eficiente para a utilização adequada do material, posto que alguns professores/as afirmaram que, mesmo dispondo desses materiais, pouco fazem uso deles ou sequer os utilizam.

Creemos que o fator da não utilização do material didático por muitos seja a má formação e o desconhecimento da lei 10.639/2003. Constatamos também, em nosso levantamento inicial, que a maioria dos professores/as tem interesse de utilizar paradidáticos, apesar de considerarem que, possivelmente, trabalharão sozinhos.

Concluimos que a maioria das escolas apresenta materiais didáticos e paradidáticos sobre o tema, mas existem questões escolares e extra-escolares que

dificultam uma proposta sistemática e orientada nessa direção. Acreditamos que é de suma importância investigar quais os fatores que levam os/as professores/as a rejeitarem e a resistirem no enfoque da problemática. Elucidar essa questão será fundamental para a implementação da lei 10.639/2003 nas escolas da rede municipal de ensino.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2001.

HOFFMANN, Jussara. Rumos da Avaliação neste século. In: _____ **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Meditação, 2001.

MARTINS, José Roberto; VIEIRA, Vera Lúcia; DUARTE, Geni Rosa; NOVO, Nanci Lancha. **Coleção primeiras noções de história**. 4ª serie. São Paulo: FTD, 2001.

PINSKY, Jaime, 1939. **Escravidão no Brasil**. 7 ed. Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto, 1988.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Ana Célia da. **A representação do negro no livro didático: o que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.